

D. Frei Manuel de Santo António: missionário e primeiro bispo residente em Timor.

Elementos para a sua biografia (1660-1733)

Artur Teodoro de Matos

NASCIDO EM GOA EM 1660, ERA FILHO DE MANUEL da Mata e de D. Francisca Tavares de Sousa, «homens graves e dos principais da terra em que moravam»¹. Querendo seguir a vida eclesiástica, ingressou na Ordem dos Dominicanos em Goa, onde seria ordenado sacerdote, tendo escolhido para nome de religião o que se lhe conhece. As queixas chegadas ao seu vigário-geral em Goa sobre o mau procedimento de alguns dos dominicanos em Timor – território que havia sido confiado à sua cristianização – levaram-no a mandar regressar os frades prevaricadores e a substituí-los por outros de suposta boa conduta pessoal e de verdadeiro zelo apostólico. Entre eles seguiu frei Manuel de Santo António, investido no cargo de visitador.

Foi seu companheiro de viagem André Coelho Vieira, nomeado governador de Solor e Timor em 1697, substituindo António de Mesquita Pimentel, cuja administração, apesar de curta, havia sido desastrosa, não só para as gentes de Timor, como até para a imagem de Portugal nestas ilhas². É que tendo falecido António Hornay em 1693 e, após cerca de vinte anos de poder conquistado pela força e de ter sido «rei não coroado» na expressão de Charles Boxer, só a sua morte veio permitir ao vice-rei da Índia conde de Vila Verde a nomeação de um governador, recaindo a escolha no macaense António de Mesquita Pimentel³. Este insinuara-se na corte de Goa, fazendo-se passar por profundo conhecedor dos assuntos de Timor, ao mesmo tempo que parecia garantir à Fazenda Real de Índia bons lucros das riquezas minerais de Timor. Todavia, como já se demonstrou, o governo de António Hornay não terá sido tão pernicioso quanto o fizeram crer alguns historiadores. A deplorável e ruínosa administração de Mesquita Pimentel impôs o seu afastamento das ilhas de Timor e Solor e a nomeação de António Coelho Vieira. Mas, antes que este chegasse ao seu destino já António de Mesquita Pimentel havia sido

expulso pelos naturais e Coelho Vieira não conseguiu passar de Larantuca na ilha das Flores. Aqui Domingos da Costa, animado, porventura, pelo exemplo de António Hornay, impediu-o de seguir para Lifau, a fim de tomar posse⁴. Melhor sorte teve o seu companheiro de viagem frei Manuel de Santo António, que pôde chegar ao destino sem qualquer constrangimento. Como comentaria Humberto Leitão – que à história de Timor legou tão valiosos estudos – Domingos da Costa mal suspeitaria que «*em tão humilde frade viria a ter o mais encarniçado inimigo*»⁵.

Desembarcado em Lifau no início de 1698, visitou as cristandades, fixando-se no reino de Luca. E coadjuvado por frei João de Deus, estendeu a sua actividade apostólica aos reinos de Viqueque e Bibiluto. Depois seguiu-se os de Vessoro, Dilor e Samoro. Em Viqueque conseguiu a conversão do seu rei – o prestigiado D. Mateus da Costa – e com a colaboração deste conseguiu trazer à obediência da coroa portuguesa vários dos reis da província de Belos: os de Samoro, Luca, Fatu Lete Luli, Alas e Manatuto.

Mas o problema da soberania portuguesa em Timor estava por resolver. Impossibilitado de tomar conta do governo e, não tendo forças para resistir, Coelho Vieira regressou a Macau, de onde havia saído. Os moradores desta cidade, cujo comércio do sândalo lhe era vital, pressionaram o governador da Índia António Luís da Câmara Coutinho a intervir, nomeando alguém cujo perfil fosse capaz de restaurar a soberania em Timor. A escolha recairá sobre o secretário do Estado da Índia, António Coelho Guerreiro, que averbava no seu *curriculum* experiências governativas, militares e até de comércio no Brasil e em Angola⁶.

Largou Coelho Guerreiro de Goa em Maio de 1701, chegando a Macau um mês depois. Aqui conseguiu aumentar os reforços com que partira da capital, recrutou colaboradores próximos para a administração e, a 2 de Janeiro do

ano seguinte, retomava a viagem rumo a Timor⁷. Nas proximidades de Larantuca enviou um emissário a terra com cartas a Domingos da Costa e ao vigário dos dominicanos. E, apesar da insistência deste para que aceitasse o novo governador, Coelho Guerreiro romperia as hostilidades, sem que levasse a melhor. Já com os poucos recursos que lhe restavam rumou a Lifau, aonde chegou a 14 de Fevereiro. Apesar de verificar que a praia se encontrava bem defendida por homens de armas e artilharia, tentou uma aproximação com Lourenço Lopes – cunhado e lugar-tenente de Domingos da Costa – enviando-lhe as cartas que trazia para ele e para vários dos reis de Timor. Mas a embarcação seria impedida de chegar a terra.

É então que se faz sentir a intervenção de frei Manuel de Santo António que, casualmente, ali se encontrava e conseguira comunicar com Coelho Guerreiro. Negociando com Lourenço Lopes na povoação próxima de Amameco, para assim estarem longe dos resistentes, acabaria por o convencer a aceitar as cartas e a permitir o desembarque do governador, com a promessa de lhe ser dado o cargo de tenente-general, além das mercês de escudeiro, cavaleiro fidalgo e o hábito de Cristo. A dificuldade de comunicação do dominicano com o novo governador, e quando duvidava já da mediação em curso, surgiu-lhe aquele na praia, à frente de 30 homens armados, acompanhado de Lourenço Lopes.

Confortados com o que observavam, as poucas forças de bordo saltaram para as embarcações e começaram a varrer os resistentes, também já fustigados pelo pelotão do frade pregador. A surpresa do ataque e o pasmo pela traição do seu comandante foram decisivos na derrota infligida por Coelho Guerreiro aos soldados leais a Domingos da Costa⁸.

O novo governador não poupará elogios ao dominicano, não só pela sua intervenção decisiva na rendição de Lourenço Lopes como,

>

Homenagem às vítimas do massacre de Suai, quando no período que se seguiu ao referendo cerca de 200 civis que se refugiavam na igreja da localidade foram abatidos pelas milícias pró-indonésias.

Fotografia de Eduardo Gajeiro.



sobretudo, na pastoral. «*Anjo humano*», assim o denominava António Coelho Guerreiro, por o «*ver voar tanto em busca das ovelhas que se desgarram do rebanho da Igreja*». Mas, além de «*incansável*» na evangelização, era-o também «*nos actos de caridade que quotidianamente exercitava*», sugerindo ao rei a sua nomeação como bispo de Malaca com residência em Timor» Todavia já à altura o rei o havia indicada para a Mitra sugerida.

A par das actividades missionárias frei Manuel de Santo António participava activamente na defesa da praça de Lifau. Fazia quartos de sentinela nos postos mais longínquos como forma de prevenir deserções, incentivava os combatentes a resistirem ao inimigo, agitando o escapulário como garantia de invulnerabilidade, tratava e confortava os feridos e partilhava com os soldados a sua escassa ração⁹.

No entretanto a situação em Timor, não obstante a reforma administrativa introduzida pelo novo governador, era de alguma instabilidade. Lifau era frequentemente cercada, os desentendimentos com Lourenço Lopes haviam despondido e Larantuca continuava fora da soberania portuguesa. Os reforços, insistentemente solicitados tardavam. Apenas de Macau havia chegado algum. Certamente por isso, Coelho Guerreiro, ao entrar no terceiro ano do governo solicitou ao vice-rei Melo de Castro um sucessor. Mas este já havia decidido demiti-lo, certamente de acordo com um plano que traçara para Timor e, eventualmente, com base em informações porventura recebidas de Macau. É que os mercadores desta cidade mostravam-se inconformados com a dificuldade que encontravam em comerciar o sândalo com os revoltosos e este era indispensável para a sua sobrevivência económica. Melo de Castro estava bem distante da realidade timorense. Resolveu então cometer ao bispo de Malaca – a quem fizera visitador-geral daquelas ilhas – o encargo de nomear como



governador «*algum dos seus moradores*» que considerasse de «*maior séquito*» e reunisse maior «*aplausos do povo*», enviando-lhe adequada patente com espaço em branco para ser escrito o nome indicado¹⁰. Este procedimento do vice-rei ditado, certamente, por desconhecimento mas também pela impossibilidade de socorrer Timor, não deixou de receber justo reparo da parte do Conselho Ultramarino¹¹. Mas era demasiado tarde para a remediar no ime-

diato a decisão. Em seu entender Coelho Guerreiro não conseguira pacificar as ilhas e Goa não tinha meios para ali investir. Restava entender-se com D. frei Manuel que bem conhecia o território e não deixaria de indicar alguém que, opondo-se a Domingos da Costa, devolvesse a paz. Aliás, como também já observou Humberto Leitão, na carta do vice-rei a Coelho Guerreiro é bem claro na sua estratégia: «*Se a desgraça tiver sido tão poderosa que V.M. não conseguisse a obe-*

Igreja de Suai.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

diência dos moradores e naturais que se julgue infalível lhe obedeça tudo facilmente e com pouca resistência, lhe ordeno se recolha a Macau, e volte para esta cidade donde não lhe faltarão ocupações»¹². Dada a falta de meios, restava a Coelho Guerreiro entregar o governo. Mas ainda antes que o fizesse já o bispo se apressara a intervir no embarque do sândalo do governador e a induzir vários dos reis de Belos a que o pressionassem a deixar o governo, como forma de se alcançar a paz.

Não terá sido pacífica a demissão. O bispo, como forma de a forçar, propôs-se ele próprio, talvez sem desprazer, assumir o governo e com o pretexto de desarmar Domingos da Costa. E foi desconcertante a atitude que D. frei Manuel de Santo António tomou em relação a Coelho Guerreiro. É que, melhor do que ninguém, sabia que nem um só pardau recebera dos seus vencimen-

tos e, tudo o que de seu trouxera de Goa, dependera na defesa da praça. Bem merecera melhor sorte o desafortunado governador, que a Timor deu o melhor do seu saber e da sua experiência governativa, desenvolvendo uma política defensiva, de captação dos reis locais e até de boa vizinhança com os holandeses. Para cúmulo teve de viajar até Batávia no navio que conduziu D. frei Manuel de Santo António que a Macau iria receber a sagração episcopal e que largou de Lifau a 18 de Agosto de 1705. Este deixara Lourenço Lopes no cargo de capitão-mor, mas não conseguira convencer Domingos da Costa a aderir à causa portuguesa. Para trás ficava uma, quiçá, verdadeira amizade, cimentada de lutas, preocupações e sofrimentos que uma inábil atitude depressa fizera ruir, porventura com algum assomo de protagonismo ou vaidade a que os eclesiásticos não são alheios¹³.

Igreja de Suai.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



No entretanto, sem notícias de Timor e com o pedido de substituição de Coelho Guerreiro, o vice-rei Caetano de Melo de Castro nomeou Jácome de Morais Sarmento para governador destas ilhas. Saído de Goa em Dezembro de 1705, acabaria por se encontrar com o bispo de Malaca que regressava a Timor. Mas, adivinhando alguma dificuldade no desembarque do novo governador, adiantou-se-lhe na chegada, atitude decisiva para persuadir Lourenço Lopes a aceitar a nova autoridade¹⁴. Bafejado pela sorte da chegada dos socorros pedidos por Guerreiro ao reino e por outros enviados de Goa, empreendeu uma ofensiva destinada a desalojar o inimigo de determinadas posições. Mas a sua política foi desastrosa. Arrebatado, não ponderando as atitudes, chegou mesmo a exigir que o bispo o acompanhasse em certas operações. Este, num primeiro momento, acedeu, embora contrafeito. Mas será D. frei Manuel a apaziguar as partes em litígio e a minimizar os danos que a sua impulsividade provocava. É pela intervenção do prelado que Domingos da Costa e os seus capitães entraram em 31 de Maio de 1708, a fim de prestarem obediência ao governador depois de, com o assentimento deste, lhe ter oferecido as capitânias de Larantuca e de Sumba, esta por duas vidas. «*Não há duvida que o reverendo bispo de Malaca trabalhou nisto com grande zelo*», comentava o governador ao vice-rei¹⁵. Aproveitando não só o período de acalmia militar com a integração de Domingos da Costa na estrutura político-administrativa vigente e do bom momento por que passava o seu relacionamento com Morais Sarmento, tentou a libertação de D. Mateus da Costa, capitão-mor de Belos. Este, apesar de ser um leal servidor da causa portuguesa, só porque discordou, como, aliás, o bispo, do ataque à fortaleza de Motael, o governador não hesitou em mandá-lo prender e metê-lo num barco onde o conservou amarrado a um cepo até regressar a Lifau e sem nunca lhe mandar tirar devassa¹⁶.

Mas Jácome de Morais Sarmento não cedeu aos rogos de D. frei Manuel o que motivou o prelado a recorrer ao vice-rei, arrolando testemunhas e depoimentos abonatórios do prisioneiro e da sua inculpabilidade¹⁷. No entretanto a saúde de D. Mateus definhava-se e a tuberculose dava mostras de lhe consumir a vida rapidamente. Mas nem o seu estado físico demovia o teimoso Morais Sarmento. Só o governador que se lhe seguiu, D. Manuel de Sottomaior, no cumprimento das ordens que recebera na Índia, lhe mandou tirar devassa e, provando-se a sua total inocência, mandá-lo-á pôr em liberdade¹⁸. De pouco lhe serviria a sua reabilitação moral, já que a física se tornara impossível, dado o estado avançado da doença. O leal e valente capitão de Belos sucumbia em Lifau, poucos meses após a chegada do governador.

Mas nem a libertação de D. Mateus da Costa traria o apaziguamento das relações entre o prelado e o governador. As contendas surgiram pelos mais variados motivos e, como observou Humberto Leitão, nem sempre é fácil descortinar de que lado está a razão, já que apenas dispomos das acusações de um e outro¹⁹. Como adianta ainda o mesmo historiador, a permanência em Timor de uma dúzia de anos, o seu afeiçoamento à terra, os continuados conflitos com os governadores, o relaxamento dos seus irmãos de Ordem e o desrespeito do vigário-geral destes, tê-lo-ão tornado irascível e com alguns desequilíbrios emocionais, «*bem conhecidos de todos quantos se gastaram por algumas regiões dos nossos territórios ultramarinos antes de lá chegarem os benefícios do progresso*» como notava o mesmo autor, opinião que subscrevemos, mesmo transposta para altura de fruição de algum conforto civilizacional.

A falta de clero, a devassidão, o desmazelo e o incumprimento dos elementares deveres apostólicos de alguns dos seus membros levou D. frei Manuel de Santo António a procurar solu-

D. Carlos Ximenes Belo.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



ção em Goa, onde chegou no início de 1715. Desejava o prelado colar clero nas paróquias, muitas delas já criadas por si, ficando este sob a sua jurisdição directa. Mas o vigário-geral dos Pregadores não cedeu nas suas prerrogativas e a discussão chegou à Coroa²⁰. De mãos vazias e quando se preparava para regressar a Timor em

finais desse ano, foi informado de que não havia transporte para o levar à sua diocese. Por isso o vice-rei, a pedido do Cabido que administrava a arquidiocese vacante de Goa, informou-o da necessidade de um prelado se deslocar à Província do Norte em visita pastoral e administrar a confirmação, sacramento que os fieis dessas

terras não recebiam há mais de trinta anos. Além disso o mau comportamento de muitos deles recomendavam que alguém, com «*zelo e autoridade*» pudesse remediar «*tanta desordem*»²¹. Vencida alguma hesitação e receios lá partiu para o Norte de onde só regressou em finais de 1716, altura em que também já havia chegado a Goa o novo arcebispo D. Sebastião de Andrade Pessanha.

Ou porque lhe fosse faltando ânimo para continuar a suportar as contrariedades que sempre padecera em Timor, ou porque se convencesse de que com o clero que lá dispunha não conseguiria realizar a obra espiritual necessária, tentou libertar-se do bispado de Malaca, propondo a criação de uma nova diocese na Província do Norte, fruto, certamente, da boa recordação que retivera da visita ali efectuada. Mas a sugestão não seria aceite.

A situação em Timor era deveras complexa. Domingos da Costa, que governava interina-

mente, havia arregimentado para a sua influência muitos dos que anteriormente o combatiam. Tornava-se, por isso, necessário escolher um novo governador, firme, mas prudente e com experiência que não fosse causar novos distúrbios. O arcebispo, na altura governador interino, ouviu a opinião de D. frei Manuel de Santo António que lhe propôs alguns nomes²². A escolha não recairia em nenhum deles mas, incompreensivelmente, em Francisco de Melo de Castro, cujo comportamento nos cargos de capitão de Salsete e de governador de Macau haviam motivado a sua compulsiva demissão e, no primeiro caso, pelo seu próprio irmão, o vice-rei Melo de Castro. Como bem observaria Humberto Leitão «*era fatal um conflito entre o severo bispo de Malaca e o desconcertado Francisco de Melo de Castro*»²³.

Não conseguindo evitar o seu regresso a Timor, partiu para lá na companhia do novo governador em Janeiro de 1718. Escalaram Batávia e, depois de Larantuca, chegaram a Lifau em



Imagens de Jesus Cristo no muro do cemitério de Santa Cruz. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

D. Basílio de Nascimento.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



meados Junho. Fez-se a entrega do governo de modo pacífico e com «*pompa e circunstância*», mas não percebeu o novo governador que boa parte dos festejos de boas-vindas seriam devidos ao regresso do seu bispo. Sentindo-se prestigiado e cheio de poder pelas manifestações recebidas, não mediu até onde poderia ir a sua intervenção, tomando partido por um soldado natural que o bispo mandara prender como castigo

de reincidência na sua relação com uma branca²⁴. Estalou o conflito três dias após a chegada e, em crescendo, levou o governador a proibir qualquer trato com o bispo e a mandar cercar-lhe a residência e este a responder com uma pastoral em que declarava excomungados todos os obedecessem ao governador em matéria de irreverência para a Igreja. Afixada na porta da igreja, logo Melo de Castro a mandou arrancar.

Seguiram-se os desagravos ao bispo pelos seus partidários. Um encontro entre os dois, sugerido pelo governador, de pouco resultou, embora posteriormente o prelado tenha levantado o interdito.

A degradação do ambiente político-religioso de Timor estaria a desgostar profundamente D. frei Manuel, que resolveu mudar-se para Larantuca. O governador embora aparentemente indiferente à decisão tentou, na prática, impedi-la sem sucesso e, em represália, confiscou-lhe os haveres deixados em Lifau. As sublevações de vários reis de Belos sucederam-se. O governador tentou ajuda de Larantuca que lhe negou, acabando por se refugiar no forte de Nossa Senhora da Vitória em Lifau²⁵ e depois fugir para bordo de um barco que o conduziu a Batávia onde desembarcou no primeiro de Setembro de 1719²⁶. Daqui passou a Macau e depois à Índia onde chegou em Maio do ano seguinte.

A situação de guerra vivida em Timor levou vários capitães de Belos a insistirem com o bispo para que regressasse à ilha, enviando até dois emissários a Larantuca para o convencer²⁷. D. frei Manuel de Santo António cedeu ao pedido e, quando chegou a Dili ainda tentou dissuadir os revoltosos de expulsarem o governador. Mas este, perante a ofensiva, vira-se forçado a abandonar Timor como, de facto, aconteceu.

Em meados Agosto de 1719 era conhecida em Timor a notícia do abandono do governo por Melo de Castro. E o prelado não se fez rogado quando os moradores de Belos e até os da própria praça de Lifau lhe pediram que assumisse o governo²⁸. Instalado dentro dos muros, tratou de nomear para os principais postos homens da sua confiança pessoal e de criar os equilíbrios possíveis²⁹. Dois anos depois receberia do vice-rei a nomeação como governador interino.

Mas não foi pacífica a administração do prelado. Pretendia eliminar em definitivo o poderio

de Domingos da Costa, «*aparelhado para se opor a todos quantos fossem governar*»³⁰. Abertas as hostilidades, acabaria por falecer de morte natural o cabeça dos larantuqueiros. Mas nem assim cessaria a oposição do partido por ele liderado, já que Francisco Hornay, seu herdeiro, lhe continuaria a rebelião, perdendo, por isso, o cargo de tenente-general. Porém a contenda será agora liderada por António de Albuquerque Coelho, chegado à capital timorense em finais de Abril de 1722³¹.

Decorrido um mês após a transmissão do poder, o bispo de Malaca requeria ao governador que lhe mandasse tirar uma devassa dos seus procedimentos, como forma de se ver desagravado das calúnias que em Timor e na Índia pesavam sobre a sua conduta³². Mas o apuramento da verdade não conviria a Albuquerque Coelho que se foi gradualmente incompatibilizando com o bispo³³. E, sem que nada o fizesse prever, estando D. frei Manuel acometido de um ataque de paludismo, numa noite de finais de Junho ou começos de Julho, o governador deslocou-se à sua residência e, na presença do ouvidor, comissário do Santo Ofício e alguns capitães de Lifau, ordenou o seu embarque imediato para Macau. «*Bem podia V. Senhoria, pela nossa amizade, ter-me avisado há mais tempo*» ter-lhe-á dito o bispo. Ao que aquele retorquiu: «*não convinha*»³⁴.

Na praia aguardava-o um pequeno barco que logo o conduziu ao navio que, no dia seguinte, o levou a Macau, deixando para sempre Timor. Aqui, pediu ao capitão-geral, D. Cristóvão Severim, que lhe mandasse tirar uma devassa para se apurar a verdade sobre as acusações que sobre ele pesavam. Mas como este não desse seguimento ao seu requerimento, acabaria por o solicitar ao bispo de Macau, pedindo também certidões do que sobre ele constasse ao provincial da Companhia de Jesus e ao guardião dos Capuchos, no que foi atendido.



Mercado de Díli. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

Aguardando ordens do vice-rei sobre o seu destino, pretendeu ir ao Sião, cuja jurisdição lhe pertencia, mas o capitão-geral de Macau não lho permitiu, acabando por autorizar o seu embarque para Goa. Aqui uma vez mais solicitou ao

vice-rei e depois ao arcebispo o rol das suas culpas. Mas nem um nem outro atendeu o seu pedido.

Desiludido, cansado e alquebrado pelos anos, escusou-se ao rei de regressar a Timor e

remeteu-lhe a devassa e as certidões obtidas em Macau³⁵. Em 1726, insistindo nos males que lhe minavam a saúde, pediu ao rei renúncia do bispado³⁶. Mas também agora não viu satisfeito o seu pedido, nem teria oportunidade de passar os seus últimos anos de vida em tranquilidade, já que em 1731 estava de novo envolvido em acesa polémica, desta feita com o culto mas imponderado arcebispo de Goa, D. frei Inácio de Santa Teresa³⁷.

É que havia sido eleito pelos jesuítas juiz conservador da Companhia, cargo que também já exercia noutras Ordens religiosas³⁸. O arcebispo, sentindo-se ultrapassado na sua jurisdição, declarava-o excomungado se exercesse qualquer acto respeitante ao cargo. D. frei Manuel replicou-lhe com outra excomunhão e sucederam-se as pastorais de um e outro, formando-se partidos que provocaram distúrbios na cidade. A vida do bispo de Malaca correu perigo, já que a sua residência na noite de 7 de Outubro foi assaltada por um dominicano, acompanhado de cafres e timorenses³⁹. Mas por sorte mudara-se para o convento dos agostinhos, que passou a ser guardado por militares que também protegiam o prelado nas suas diligências. O vice-rei tentou a conciliação. D. Frei Inácio furtou-se a ela e, quando a aceitou, já o bispo de Malaca exigia previamente o reconhecimento pelo arcebispo, do seu cargo de conservador⁴⁰. A polémica terá continuado durante mais algum tempo.

Segundo parece, D. frei Manuel de Santo António terá morrido em 1733, com 73 anos e uma vida dedicada a Timor. Apontado por uns por «*homem irrequieto e provocador de questões e levantamentos*» em nome da ambição pessoal, julgamos que bem merece outro juízo, pois, como observou Humberto Leitão «*mais nobres foram os sentimentos que ditaram os actos da sua vida*»⁴¹. Ao sair de Macau com destino ao exílio

escreveu ao vice-rei, fazendo uma retrospectiva da sua vida, ao que nos parece, muito acertada: «*vou muito contente fora da ilha de Timor, pois não fiz bolsa alguma de dinheiro, nem busquei outra cousa mais que a honra e gloria de Deus, o bem das almas, e dei meus passos de tal sorte, que se eu não fosse não viriam esses grandes fidalgos... a governar estas ilhas*»⁴². Missionário por excelência, feito bispo não poderia pactuar com comportamentos imorais e procedimentos mundanos de muitos dos seus irmãos de religião. Talvez não tenha sido um bispo modelar e, como político, também não terá tido sempre o melhor desempenho. Precipitado em muitas das suas decisões, as vicissitudes do meio e as muitas contrariedades talvez tenham aguçado a sua irascibilidade. Mas pautou sempre a sua acção por princípios que defendeu até à exaustão. A história política e religiosa de Timor terá de reservar-lhe um especial lugar.

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, *Timor*, Carta do bispo de Malaca para o governador Francisco de Melo de Castro de 19 de Julho de 1718, referido por Humberto Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor (1698 a 1725)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 9.

² Sobre a sua acção governativa veja-se o nosso estudo «Um importante relato sobre a situação política e social da ilha de Timor em finais do século XVII», *Mare Liberum*, Lisboa, 20-21 (no prelo).

³ C. R. Boxer, «Timor Turbulento» in *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*, trad. port., Macau, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990 (ed. original de 1968).

⁴ A família dos Costas estava unida à dos Hornays, em virtude do casamento de Francisco Hornay, irmão e lugar-tenente de António Hornay, ter casado com uma filha de Domingos da Costa. Este era filho natural do valoroso capitão-mor Mateus da Costa, que tendo governado as ilhas de Solor e Timor nos anos de 1671-1673 mostrou em todos os seus actos uma grande dedicação à causa portuguesa. Cf. Artur Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua História*, Lisboa Faculdade de Letras de Lisboa – Instituto Infante Dom Henrique, 1974, p. 115 e bibliografia aí indicada.

- ⁵ *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 8.
- ⁶ Sobre este governador veja-se o nosso estudo «António Coelho Guerreiro: mercador, burocrata e governador» in *Mare Liberum*, Lisboa, 5 (1993), pp. 107-111 e a bibliografia aí citada.
- ⁷ Estes acontecimentos estão descritos com relativo pormenor em H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp.13 e segs.
- ⁸ Carta de António Coelho Guerreiro ao vice-rei Caetano de Melo de Castro de 28 de Maio de 1702 in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp.230-280. Estes factos são também descritos com algum pormenor por Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1505 a 1702*, Lisboa, 1948, pp. 265-287.
- ⁹ H. Leitão, *Vinte e Oito Anos*, pp. 31-32 e fontes aduzidas pelo autor.
- ¹⁰ Arquivo Histórico de Goa, *Monções do Reino*, liv. 66, fls. 283-284, carta de 1º de Janeiro de 1703.
- ¹¹ A. H. U. *Timor*, Parecer de 1 de Março de 1704.
- ¹² A. H. U., *Timor*, carta de 6 de Março de 1703, pub. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 49-50.
- ¹³ Veja-se a obra já várias vezes cit. de H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 81-87.
- ¹⁴ A. H. U. *Timor*, certidão de João da Costa de Lemos de 8 de Julho de 1723 a Albuquerque Coelho, pub. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 300-309.
- ¹⁵ A. H. U. *Timor*, carta de Morais Sarmiento ao vice-rei, de 10 de Julho de 1708.
- ¹⁶ A. H. U. *Timor*, cartas ao vice-rei de Jácome de Morais Sarmiento, de 17 de Setembro de 1707 e do bispo de Malaca, de 7 de Setembro de 1708, citadas por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 103.
- ¹⁷ A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao vice-rei de 7 de Setembro de 1708, já cit.
- ¹⁸ Governou as ilhas de Timor e Solor de 1710 a 1714.
- ¹⁹ H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p.140. Aliás este historiador analisa com grande desenvolvimento todos estes acontecimentos a pp.140 e seguintes.
- ²⁰ A. H. U., *Timor*, carta do vice-rei, Conde da Ericeira ao rei, de 8 de Janeiro de 1719, pub. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 162.
- ²¹ Carta do vice-rei a D. Frei Manuel de Santo António, de 5 de Novembro de 1715 publicado no *Boletim do Governo do Estado da Índia*, 23 (1861), in H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 163.
- ²² Note-se que o relacionamento entre os dois bispos se havia deteriorado face ao comportamento de D. frei Manuel que impugnou o direito do arcebispo intervir na questão suscitada pela eleição de uma priora no convento de Santa Mónica contestada por um grupo de freiras, por acharem que havia impedimento canónico. Cf. Biblioteca Pública de Évora, CXVI/2-II, «Instrução a hum Idiota com presunções de sabio. Veja-se também sobre este assunto H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 166.
- ²³ *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 167.
- ²⁴ A. H. G., *Monções do Reino*, liv. 86A, fls. 295-296, carta do bispo de Malaca ao rei de 24 de Julho de 1718, publicada por A. Faria de Moraes, *Solor e Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, pp. 196-199.
- ²⁵ Construído por António Coelho Guerreiro.
- ²⁶ A. H. U., *Timor*, Exposição de Francisco de Melo de Castro de 9 de Maio de 1721.
- ²⁷ A. H. Goa., *Monções do Reino*, liv. 87, fl. 79, carta do bispo de Malaca para o vice-rei D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, de 9 de Maio de 1720, publicada por A. Faria de Moraes, *Timor e Solor*, pp. 208-2121.
- ²⁸ Carta do bispo de Malaca para o vice-rei, de 9 de Maio de 1720, já cit.
- ²⁹ A. H. U., *Timor*, Certidão de João da Costa de Lemos de 8 de Julho de 1723, já cit.
- ³⁰ Carta do bispo de Malaca de 9 de Maio de 1720, já cit.
- ³¹ A. H. U., *Timor*, certidão de frei Amaro da Conceição, de 27 de Julho de 1723, cit por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 279. Sobre esta personagem veja-se o livro de Paulo Miguel Martins, *Percorrendo o Oriente. A vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, particularmente as pp.71-83.
- ³² Requerimento do bispo de Malaca, parcialmente publicado por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 281-282.
- ³³ A. H. G. *Monções do Reino*, liv. 88, fls. 164 e segs., carta do bispo de Malaca ao vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro de 2 de Julho de 1722 pub. por A. Faria de Moraes, *Solor e Timor*, pp. 215-229.
- ³⁴ A. H. U., *Timor*, certidão de frei Amaro da Conceição, passada ao governador António de Albuquerque Coelho, de 27 de Julho de 1723, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 283.
- ³⁵ A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao rei, de 18 de Abril de 1724.
- ³⁶ A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao rei, de 4 de Janeiro de 1726.
- ³⁷ Sobre este arcebispo veja-se o estudo de Leopoldo Rocha, «Uma página inédita do Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa (1730-1734) e achegas para a história do padre nativo» in *Mare Liberum*, Lisboa, 17 (1999), pp. 229-266.
- ³⁸ Biblioteca da Ajuda, 51-VIII-25, *Manifesto que por parte dos Relligiozos da Companhia se offerece à censura dos Illustrissimos Reverendissimos Padres Mestres das Sagradas Relligiões residentes na Cidade de Goa sobre a validade da nomeação na Pessoa do Illustrissimo Bispo de Malaca o Senhor D. Frei Manoel de Santo Antonio para Conservador em todas as suas couzas*, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 332.
- ³⁹ B. A., 51-VIII-52, Ordem que passou Sua Exª ao Ajudante Geral, de 10 de Outubro de 1731, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 333.
- ⁴⁰ B. A., Carta do inquisidor Sebastião M. de Proença sobre o bispo de Malaca, de 25 de Outubro de 1731, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 333-334.
- ⁴¹ *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 335.
- ⁴² A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao rei, de 4 de Janeiro de 1726, já cit.